



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

**TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO TRE-RO N. 11/2022.**

**TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO TRE-RO N. 11/2022  
(EVENTO N. [0821445](#))**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI TRE-RO N. 0002411-  
22.2021.6.22.8000**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. 06/2022**

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
FIRMADO ENTRE O TRE-RO E A  
EMPRESA CENTRO DE INTEGRAÇÃO  
EMPRESA ESCOLA – CIEE, PARA  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE  
AGENCIAMENTO DE ESTÁGIO DE  
ESTUDANTES DE NÍVEL MÉDIO E  
SUPERIOR.**

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA (TRE-RO)**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Avenida Presidente Dutra, 1889, Bairro Baixa União, CEP: 76.805-859, em Porto Velho/RO, neste ato representado por sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG \*\*\*.893-SSP/RO e do CPF \*\*\*.106.849-\*\*, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro, a empresa **CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE**, inscrito no CNPJ sob n. 61.600.839/0001-55, com sede na Rua Tabapuã, 445, Itaim Bibi, CEP: 04.533-001, em São Paulo/SP, e com Unidade de Operação em Porto Velho/RO inscrita no CNPJ n. 61.600.839/0061-96, situada na Av. Calama, 2472, bairro São João Bosco, CEP: 76.803-768, telefone(s): (69) 2182-0440 / (69) 2182-0441 / (92) 98128-3319 / (92) 3003-2433 / (61) 99643-5615, bem como e-mail(s): julio\_silva@ciee.org.br / cnl@ciee.org.br, neste ato representado por seu Gerente Regional Norte, senhor **JULIO CESAR DA SILVA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG \*\*\*\*\*477-SSP/MT e do CPF \*\*\*.504.181-\*\*, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante no Despacho n. 187/2023-GABDG, de 03/03/2023 (evento [0982644](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/1993)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

**I** – Registrar o reajuste de 52,59% sobre o valor diário do auxílio transporte do programa de estágio do TRE-RO, a contar de 1º/02/2023, em face do Decreto Municipal de Porto Velho/RO n. 18.699/2022 (evento [0956958](#)) que reajustou o auxílio transporte diário de R\$ 4,05 para R\$ 6,18, cuja alteração foi fixada no TRE-RO por meio da Portaria 27/2023-PRES/GABPRES (evento [0971872](#)), acarretando um impacto total estimado em R\$ 5.248,32, correspondente à 5,94% de reajuste no Contrato TRE-RO 11/2022, conforme detalhado abaixo:

**II** – Alterar a redação da tabela constante no item II da Cláusula Quarta do Contrato TRE-RO 11/2022, adotando como “diário” o valor do auxílio transporte, a qual, somada aos dados do reajuste indicado no item anterior, passará a ser conforme segue:

**CLÁUSULA QUARTA**

[...]

**II – AUXÍLIO TRANSPORTE**

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (A)	VALOR DIÁRIO AUXÍLIO TRANSPORTE UNT. (B)	VALOR MENSAL ESTIMADO AUXÍLIO TRANSPORTE (22 DIAS ÚTEIS) (C = A x B)	VALOR TOTAL ESTIMADO EM 4 MESES AUXÍLIO TRANSPORTE (D = C x 12)
Valor Aux. Transporte	28	R\$ 6,18	R\$ 3.806,88	<b>R\$ 15.227,52</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III** – Incluir a Subcláusula Quarta na Cláusula Quarta do Contrato TRE-RO 11/2022, para constar a forma de registro dos futuros reajustes do auxílio transporte, com o seguinte texto:

**CLÁUSULA QUARTA**

[...]

**Subcláusula Quarta** - As novas alterações referentes ao auxílio transporte (decorrente do reajustamento dos valores das tarifas públicas do serviço de transporte coletivo urbano por ônibus no âmbito do município de Porto Velho/RO) serão fixadas na Justiça Eleitoral de Rondônia somente por meio de Portaria da Presidência do TRE-RO.

**Subcláusula Primeira** – Para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores pagos e valores majorados com relação ao objeto constante neste instrumento.

**Subcláusula Segunda** – No evento [0972600](#) do Processo SEI TRE-RO 0002411-22.2021.6.22.8000 a unidade gestora apresenta as informações detalhadas que motivaram a lavratura do presente Termo Aditivo.

**Subcláusula Terceira** - O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

**DO VALOR**

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/1993)**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O valor total estimado deste Termo Aditivo é de R\$ 5.248,32 (cinco mil duzentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos), conforme descrito na tabela abaixo:

**Tabela 1: Quantidades e valores estimados para o período de vigência do Contrato (4 meses)**

Especificação	Quantidade estimada de estagiários (A)	Valor mensal estimado o auxílio transporte unt. sem reajuste (B) Conf. evento <a href="#">(0821445)</a>	Valor total mensal estimado o auxílio transporte sem reajuste (C = A x B)	Valor total estimado do sem reajuste (D= C x 4)	Valor diário estimado o auxílio transporte unt. reajustado (E)	Valor total mensal estimado o auxílio transporte reajustado (22 Dias úteis) (F= E x 22)	Valor total mensal estimado o auxílio transporte reajustado (G = F x A)	Preço Total Estimado do reajustado (H = G x 4)
Valor Auxílio Transporte	28	R\$ 89,10	R\$ 2.494,80	R\$ 9.979,20	R\$ 6,18	135,96	R\$3.806,88	R\$ 15.227,52
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DO IMPACTO DO REAJUSTE</b> Diferença (H-D)					<b>R\$ 5.248,32</b>			

**Subcláusula Primeira** - As eventuais despesas com a execução do presente aditivo serão suportadas mediante reforço à Nota de Empenho desta contratação, caso seja necessário.

**Subcláusula Segunda** - O valor total atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo de acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), passa a ser de R\$ 318.894,72, considerando o somatório do valor



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inicial do contrato mais o impacto do presente reajuste (R\$ 313.646,40 + R\$ 5.248,32).

**DA GARANTIA**

**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/1993)**

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Para assegurar a plena execução deste instrumento, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura deste Termo Aditivo, complementação de garantia contratual no valor correspondente de 3% (três por cento) sobre o valor total deste instrumento, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante regras estabelecidas na Cláusula Décima Sexta do Contrato originário.

**DO FUNDAMENTO LEGAL**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/1993)**

**CLÁUSULA QUARTA** - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento nos arts. 5º, §1º, 40, XI, e 55, III, da Lei n. 8.666/93 e na Cláusula Décima Terceira do Contrato supramencionado (reajuste), e com fundamento no art. 60 da Lei n. 8.666/93 (alteração).

**DA RATIFICAÇÃO**

**CLÁUSULA QUINTA** - O presente instrumento passa a fazer parte integrante do Contrato supra, como se nele estivesse transcrito e ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

**DA PUBLICAÇÃO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/1993)**

**CLÁUSULA SEXTA** - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 6 de fevereiro de 2023.

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo Contratante	<b>JULIO CESAR DA SILVA</b> Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 01 AO CONTRATO TRE-RO  
N. 11/2022**

**Histórico do Contrato: informações sobre o Contrato inicial e de cada Aditivo/Apostila:**

<b>Contrato/Aditivo/Apostila (Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)</b>	<b>Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila</b>	<b>Percentual de acréscimo/supressão realizado em cada aditivo em relação ao valor inicial do contrato</b>  <b>(Art. 65, § 1º da Lei</b>

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		<b>n. 8.666/93)</b>
Contrato TRE-RO n. 11/2022, assinado em 29/04/2022 – Volume XII do PA (evento n. <a href="#">0821445</a> ).  Vigência de 12 meses, a contar da assinatura, ou seja, de 29/04/2022 a 29/04/2023.  Garantia: 3% do valor do instrumento.	R\$ 313.646,40	-
Termo Aditivo n. 1, assinado em 03/2023 – Volume XV do PA (evento n. <a href="#">0984394</a> ).  I – Registrar o reajuste do valor do auxílio transporte;  II – alterar a redação do item II da Cláusula Quarta para constar valor “diário” do auxílio transporte; e  III – incluir subcláusula na cláusula quarta para constar que os próximos reajustes de auxílio transporte serão fixados no TRE-RO somente por meio de Portaria da Presidência.  Garantia: 3% do valor do instrumento.	R\$ 5.248,32	-

\*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

---



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 06/03/2023, às 15:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 06/03/2023, às 15:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 06/03/2023, às 15:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0984394** e o código CRC **C2CE2030**.

0002411-22.2021.6.22.8000

0984394v3

Criado por 006007062364, versão 3 por 006007062364 em 06/03/2023 13:41:30.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002411-22.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - COEDE

ASSUNTO: Reajuste - valor do Auxílio-transporte - Contrato n. 11/2022 – Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE - Objeto: Serviços de agenciamento de estágios de nível médio e superior - Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 15 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação do **CENTRO DE**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE** para a prestação de serviços de agenciamento de estagiários, por meio de Agente de Integração, a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos vinculados ao ensino público ou particular, profissionalizantes ou não, de nível médio ou de nível superior, para realizarem estágio no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nos termos da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, Resolução TRE-RO n. 06/2017 e Portaria n. 464/2017, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 11/2022 ([0821445](#)), o qual se encontra em plena vigência, com termo final previsto em 29/04/2023.

**02.** Por intermédio da solicitação contida no evento [0972600](#), a COEDE, unidade gestora do contrato, registrou a seguinte situação:

I - O contrato prevê o pagamento de auxílio-transporte mensal aos estagiários deste Regional, no valor de R\$ 89,10 (oitenta e nove reais e dez centavos);

II - O valor das tarifas de ônibus sofrem reajustes periódicos e por meio do Decreto Municipal n. 18.699/2022 ([0956958](#)), o valor foi majorado para R\$ 6,18 (seis reais e dezoito centavos), sendo necessário reajustar os valores atualmente previstos pelo contrato;

III - Em função disso, solicita a lavratura de aditivo contratual para o ato. sobre a periodicidade dos reajustes das passagens de ônibus entende mais adequado alterar a fórmula de atualização de valores, que poderá ser realizada por meio de portaria da Presidência deste Tribunal e, ainda, alterar a referência para o valor diário e não mensal, permitindo o pagamento do auxílio-transporte apenas para os dias em que o estagiário efetivamente exerceu suas atividades;

IV - Informou o valor estimado de **R\$ 5.248,32 como impacto do aditivo para o exercício 2023**, sendo que o lastro financeiro consta da proposta orçamentária, sob o plano interno ADM ESTAGI.

**03.** Mediante o Despacho n. 208/2023 ([0972863](#)), a Secretária substituta da SAOFC encaminhou os autos à SECONT para elaboração da minuta de apostila contratual; à COFC para programação orçamentária, e após à esta Assessoria Jurídica para análise e emissão de parecer jurídico.

**04.** Assim, por determinação da Coordenadoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade - COFC ([0973096](#)), a SPOF trouxe ao processo a comprovação da programação da despesa ([0973096](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**05.** Por sua vez, a SECONT juntou a minuta do Termo Aditivo n. 01 ao Contrato n. 11/2022 ([0973586](#)) e a encaminhou a esta unidade para análise e emissão de parecer jurídico. **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**06.** Sob o regime da Lei de Licitações e Contratações públicas - até mesmo em cumprimento a expresso comando constitucional - tem-se como garantido aos contratados o direito à recomposição da equação econômico-financeira do contrato sempre que houver causa jurídica para tanto, como nos casos de reajustes - atendidos os requisitos legais, notoriamente o lapso mínimo de um ano após a data-base inicial - e o reequilíbrio, quando imperativo a manutenção equilibrada das partes na relação. Nesse sentido citam-se os seguintes dispositivos da **Lei n. 8.666/93**:

**Art. 40.** O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

...

**XI** - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela; ([Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994](#))

**Art. 55.** São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

...

**III** - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

**Art. 65.** Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

...

II - por acordo das partes:

...

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\)](#) (sem destaques no original).

**07.** O reajuste de preços, apesar de ser apenas a alteração nominal de valores, destinada a compensar os efeitos da inflação, também deriva do princípio da intangibilidade da equação econômico-financeira do contrato administrativo, **da mesma forma que a recomposição**. Sendo assim, partindo-se do princípio de que é direito das partes a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da avença, independentemente de previsão contratual ou no ato convocatório, é de se concluir que o reajuste de preços também independe de previsão expressa, eis que a correção monetária decorre de direito constitucional. Este é, inclusive, o entendimento de **Marçal Justen Filho** (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 8. ed. São Paulo: Dialética, p. 558), veja-se:

O direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão no ato convocatório. Tem raiz constitucional. **Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendem condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato.** (grifei)

**08.** No caso em análise, tem-se claramente o dever imposto à Administração na atualização do valor do contrato em razão da majoração dos valores das passagens de ônibus na cidade de Porto Velho, comprovada pelo **Decreto Municipal n. 18.699, de 8 de dezembro de 2022 (0956958)** - cuja alteração foi fixada no TRE-RO por meio da **Portaria 27/2023-PRES/GABPRES** (evento [0971872](#)) - sendo que essa despesa - que integra o valor estimado do contrato - é indenizada aos estagiários por meio do repasse ao agente comissionador contratado. Assim, eventual manutenção do valor pretérito configuraria um ônus injustificável - e ilícito - ao contratado, haja vista que esse sempre deverá repassar o valor do auxílio-transporte majorado aos estagiários. De notar-se que o ajuste administrativo estabelece expressamente à Administração a obrigação do pagamento não só do comissionamento pela prestação dos serviços, mas também dos valores da bolsa de estágio e do auxílio-transporte. Veja-se:

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Obriga-se o CONTRATANTE a:

...

4. Pagar os serviços prestados pelo Agente de Integração, mediante comprovação da prestação de serviços;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5. Repassar ao Agente de Integração os valores referentes à bolsa dos estagiários e ao auxílio transporte;

...

**09.** Nota-se, ainda, que a recomposição do valor do auxílio-transporte nos patamares exigidos trará um impacto total estimado de R\$ 5.248,32, correspondente a **5,94%** do valor do Contrato n. 11/2022. Esse valor deverá ser considerado para eventuais acréscimos e supressões futuras, nos limites estabelecidos pelo **art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93**, reproduzido na Subcláusula Primeira da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do referido ajuste, situação jurídica registrada na **Subcláusula Segunda do Termo Aditivo n. 01 ao Contrato n. 11/2022 ([0973586](#))**.

**10.** Por fim, entende-se perfeitamente possível, sob o aspecto jurídico, com lastro no art. 60 da Lei n. 8.666/93, a alteração da forma de aferição do valor do auxílio-transporte, que passará de "mensal" para "diário", fórmula considerada mais adequada pela unidade gestora do contrato para o cálculo do ressarcimento da verba à contratada para repasse aos estudantes em estágio neste Tribunal. De igual forma, o registro de que as novas alterações dessa verba, decorrentes do reajustamento dos valores das tarifas públicas do serviço de transporte coletivo urbano por ônibus no âmbito do município de Porto Velho/RO, sejam autorizadas por meio de Portaria da Presidência do TRE-RO, medida mais racional e que, inclusive, tornará desnecessária a lavratura de novos aditivos para essa finalidade.

### **III - ANÁLISE DA MINUTA DE APOSTILAMENTO**

**11.** Juntou-se aos autos a minuta do Termo Aditivo n. 01 ao Contrato n. 11/2022 ([0973586](#)), a qual, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração. Nota-se que o referido instrumento disciplinou, em sua CLÁUSULA TERCEIRA, a obrigação de atualização da garantia contratual. Assim, deverá a contratada ser **notificada** para apresentar complementação da garantia de **3% (três por cento)** do novo patamar financeiro do contrato.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **V - CONCLUSÃO**

**12.** Pelo exposto, com lastro nos elementos existentes nos autos, principalmente na informação da unidade gestora do contrato, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer e, diante da notícia de existência de recursos orçamentários para suporte da despesa no exercício corrente ([0973246](#)), opina esta Assessoria Jurídica :

**a)** pelo **deferimento da atualização** do valor do auxílio-transporte em razão da majoração dos preços das passagens de ônibus na cidade de Porto Velho, comprovada pelo Decreto Municipal n. 18.699, de 8 de dezembro de 2022 ([0956958](#)) e, consequentemente, pela atualização do Contrato n. 11/2022 ([0821445](#)), pelo impacto total estimado de R\$ 5.248,32, correspondente a 5,94% do valor inicial do ajuste, com fundamento no art. 40, XI e art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Décima, item 5 do contrato;

**b)** pela possibilidade de alteração da forma de aferição do valor do auxílio-transporte, que passará de "mensal" para "diário", fórmula considerada mais adequada pela unidade gestora do contrato para o cálculo do ressarcimento da verba à contratada para repasse aos estudantes em estágio neste Tribunal. De igual forma, o registro de que as novas alterações dessa verba, decorrentes do reajustamento dos valores das tarifas públicas do serviço de transporte coletivo urbano por ônibus no âmbito do município de Porto Velho/RO, sejam autorizadas por meio de Portaria da Presidência do TRE-RO, medida mais racional e que, inclusive, tornará desnecessária a lavratura de novos aditivos para essa finalidade, ambas com fundamento no art. 60 Lei n. 8.666/93.

**13.** Verifica-se que os termos da minuta Termo Aditivo n. 01 ao Contrato n. 11/2022 ([0973586](#)), sob o aspecto formal, encontram-se em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, estando apto, portanto, a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração, motivo pelo qual, para cumprimento do **artigo 38, parágrafo único**, do diploma legal referido, esta Assessoria Jurídica manifesta sua **aprovação aos referidos termos**.

**14.** Por derradeiro, cumpre salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz da Resolução TRE-RO n. 06/2015 (Regimento Interno do Corpo Administrativo), incumbe a esta unidade jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo, a exemplo de cálculos e planilhas.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 06/02/2023, às 14:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0973898** e o código CRC **90F43D10**.

0002411-22.2021.6.22.8000

0973898v19



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0002411-22.2021.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO - COEDE





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Reajuste - valor do Auxílio-transporte - Contrato n. 11/2022 –  
Contratada: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE -  
Objeto: Serviços de agenciamento de estágios de nível médio e superior.

**DESPACHO Nº 187 / 2023 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação do CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE para a prestação de serviços de agenciamento de estagiários, por meio de Agente de Integração, a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos vinculados ao ensino público ou particular, profissionalizantes ou não, de nível médio ou de nível superior, para realizarem estágio no Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, nos termos da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, Resolução TRE-RO n. 06/2017 e Portaria n. 464/2017, nos termos registrados no Contrato Administrativo n. 11/2022 ([0821445](#)), o qual se encontra em plena vigência, com termo final previsto em 29/04/2023.

Por meio da Solicitação inserta ao evento n. [0972600](#), a COEDE, unidade gestora do contrato, registrou a seguinte situação:

I - O contrato prevê o pagamento de auxílio-transporte mensal aos estagiários deste Regional, no valor de R\$ 89,10 (oitenta e nove reais e dez centavos);

II - O valor das tarifas de ônibus sofrem reajustes periódicos e por meio do Decreto Municipal n. 18.699/2022 ([0956958](#)), o valor foi majorado para R\$ 6,18 (seis reais e dezoito centavos), sendo necessário reajustar os valores atualmente previstos pelo contrato;

III - Em função disso, solicita a lavratura de aditivo contratual para o ato. Sobre a periodicidade dos reajustes das passagens de ônibus, entende mais adequado alterar a fórmula de atualização de valores, que poderá ser realizada por meio de portaria da Presidência deste Tribunal e, ainda, alterar a referência para o valor diário e não mensal, permitindo o pagamento do auxílio-transporte apenas para os dias em que o estagiário efetivamente exerceu suas atividades;

IV - Informou o valor estimado de R\$ 5.248,32 (cinco mil duzentos e quarenta e oito reais e trinta e dois centavos) como impacto do aditivo para o exercício 2023, sendo que o lastro financeiro consta da proposta orçamentária, sob o plano interno ADM ESTAGI.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Com isso, a SAOFC remeteu o feito à COFC para programação orçamentária; à SECONT, para elaboração da minuta de termo aditivo; e à AJSAOFC, para emissão de parecer jurídico e análise da minuta do termo aditivo.

À vista disso, a SPOF formalizou a programação orçamentária da despesa pretendida, informando que essa encontra-se adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a LOA, PPA e LDO referentes a este exercício financeiro ([0973246](#)).

A SECONT elaborou a minuta de termo aditivo n. 1 ao Contrato TRE-RO n. 11/2022 ([0973586](#)) e remeteu à Assessoria Jurídica da SAOFC, a qual, após análise, aprovou os seus termos, para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Ademais, opinou pelo deferimento da atualização do valor do auxílio-transporte e, consequentemente, pela atualização do Contrato n. 11/2022 ([0821445](#)), pelo impacto total estimado de R\$ 5.248,32, correspondente a 5,94% do valor inicial do ajuste, com fundamento no art. 40, XI e art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Décima, item 5 do contrato; pela possibilidade de alteração da forma de aferição do valor do auxílio-transporte, que passará de "mensal" para "diário"; e para que as novas alterações dessa verba, decorrentes do reajustamento dos valores das tarifas públicas do serviço de transporte coletivo urbano por ônibus no âmbito do município de Porto Velho/RO, sejam autorizadas por meio de Portaria da Presidência do TRE-RO ([0973898](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela atualização do valor do auxílio-transporte em razão da majoração dos preços na cidade de Porto Velho; pela apresentação de complementação da GARANTIA CONTRATUAL, a contar da assinatura do Termo Aditivo; e pela alteração da forma de aferição do valor do auxílio-transporte, que passa a ser diário, uma vez que a unidade gestora do contrato compreendeu ser mais viável para o cálculo do ressarcimento da verba à contratada para repasse aos estudantes em estágio neste Tribunal ([0974206](#)).

Posteriormente, a COEDE/SGP solicitou nestes mesmos autos o reajuste do auxílio-bolsa de estudos de nível superior e do auxílio-bolsa de estudos de nível médio, tendo em vista a defasagem dos valores em relação a outros órgãos. Solicita, ainda, verificar a possibilidade de suplementação do orçamento na próxima janela orçamentária dos atuais R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para o valor de R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), a fim de contemplar um maior número de vagas com o novo orçamento ([0977337](#) e [0978946](#)).





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Entretanto, considerando que a unidade gestora não dispõe, atualmente, de orçamento para arcar com o reajuste do auxílio-bolsa de estudos para os estágios de nível médio e superior ([0977337](#)), bem como informou informalmente que a prorrogação de vigência contratual será solicitada no momento oportuno, vieram os autos para prosseguimento do feito ([0981643](#) e [0981753](#)).

Como relatado, os autos em epígrafe tratam de pedido de reajuste do valor do auxílio transporte diário devido aos estagiários deste Tribunal.

Consoante o Parecer Jurídico n. 15/2023 - AJSAOFC ([0973898](#)), nesse caso tem-se o dever imposto à esta Administração na atualização do valor do contrato em razão da majoração dos valores das passagens de ônibus na cidade de Porto Velho, comprovada pelo Decreto Municipal n. 18.699, de 8 de dezembro de 2022 ([0956958](#)) - cuja alteração foi fixada no TRE-RO por meio da Portaria n. 27/2023-PRES/GABPRES ([0971872](#)) - sendo que essa despesa - que integra o valor estimado do contrato - é indenizada aos estagiários por meio do repasse ao agente comissionador contratado.

Assim, eventual manutenção do valor pretérito configuraria um ônus injustificável - e ilícito - ao contratado, haja vista que esse sempre deverá repassar o valor do auxílio- transporte majorado aos estagiários. De notar-se que o ajuste administrativo estabelece expressamente à Administração a obrigação do pagamento não só do comissionamento pela prestação dos serviços, mas também dos valores da bolsa de estágio e do auxílio-transporte.

Nota-se, ainda, que a recomposição do valor do auxílio-transporte nos patamares exigidos trará um impacto total estimado de R\$ 5.248,32, correspondente a 5,94% do valor do Contrato n. 11/2022. Esse valor deverá ser considerado para eventuais acréscimos e supressões futuras, nos limites estabelecidos pelo art. 65, § 1º, da Lei n. 8.666/93, reproduzido na Subcláusula Primeira da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do referido ajuste, situação jurídica registrada na Subcláusula Segunda do Termo Aditivo n. 01 ao Contrato n. 11/2022 ([0973586](#)).

Além disso, entende-se possível, sob o aspecto jurídico, com lastro no art. 60 da Lei n. 8.666/93, a alteração da forma de aferição do valor do auxílio-transporte, que passará de "mensal" para "diário", fórmula considerada mais adequada pela unidade gestora do contrato para o cálculo



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do ressarcimento da verba à contratada para repasse aos estudantes em estágio neste Tribunal.

Ante o exposto, considerando a existência de recursos orçamentários suficientes e a previsão contratual, bem como os demais elementos existentes nos presentes autos, considerando os termos do art. 1º, inciso II, da Portaria n. 66/20218:

a) autorizo a atualização do valor do auxílio-transporte, em razão da majoração dos preços das passagens de ônibus na cidade de Porto Velho, comprovada pelo Decreto Municipal n. 18.699, de 8 de dezembro de 2022 ([0956958](#)) e, conseqüentemente, pela atualização do Contrato n. 11/2022 ([0821445](#)), pelo impacto total estimado de R\$ 5.248,32, correspondente a 5,94% do valor inicial do ajuste, com fundamento no art. 40, XI e art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Décima, item 5 do contrato;

b) determino a complementação da garantia contratual no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do termo aditivo, no valor correspondente de 3% (três por cento) sobre o valor total deste instrumento, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, consoante regras estabelecidas na Cláusula Décima Sexta do Contrato originário; e

c) autorizo a alteração da forma de aferição do valor do auxílio-transporte, que passa a ser diário, uma vez que a unidade gestora do contrato compreendeu ser mais viável para o cálculo do ressarcimento da verba à contratada para repasse aos estudantes em estágio neste Tribunal, de modo que as novas alterações dessa verba, decorrentes do reajustamento dos valores das tarifas públicas do serviço de transporte coletivo urbano por ônibus no âmbito do município de Porto Velho/RO, sejam autorizadas por meio de Portaria da Presidência do TRE-RO.

À SAOFC e à SGP para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 03/03/2023, às 11:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0982644** e o código CRC **435E0DF6**.